

XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

ANPUH: 50 anos

São Paulo, 17 a 22 de julho de 2011

Universidade de São Paulo (USP)

Mesa redonda

ESTUDOS DE GÊNERO EM CENA: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PESQUISA

GENDER STUDIES ON THE SCENE: HISTORY, HISTORIOGRAPHY AND RESEARCH

ESTUDIOS DE GÉNERO EN CENA: HISTORIA, HISTORIOGRAFÍA E INVESTIGACIÓN

“Diga-me: o que significa gênero?”¹

“Tell me: What does gender mean?”

“Dígame: ¿lo que significa género?”

Suely Gomes Costa²

“(…) É gênero pra cá, é gênero pra lá... No meu tempo de roça, gênero é o alimentício”. Morena, codinome de Josefa Batista (1924-1999), feminista, militante do PCB, na plenária de encerramento da Convenção pela Cidadania Feminina em Niterói, RJ, setembro de 1995.

Agradeço o honroso convite do GT de Gênero da ANPUH para compor essa mesa com Rachel Soihet e Margareth Rago, cujas pesquisas e contribuições tem impulsionado e associado mais e mais estudos de gênero na área de História de todo o país. Nesses esforços, estão ainda a energia, a generosidade e o carinho da

¹ Mesa redonda. ANPUH Nacional. São Paulo, SP, em 19/07/2001.

² Suely Gomes Costa é doutora em História (UFF), Pesquisadora do CNPq, Professora colaboradora dos Programas de História e do de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense - UFF.



atual direção do nosso GT: Professoras Joana Maria Pedro e Lídia Maria Possas. Estendo a ambas minhas homenagens.

Não combinei com ninguém a matéria desta minha exposição. Mas ela esteve inteira ontem à noite, na conferência da Professora Joana Maria Pedro, nossa coordenadora nacional do GT de Gênero, ao tratá-la com a acuidade de quem sabe das coisas. O tema está no ar de nossos tempos. As minhas preocupações como as dessa conferência têm uma história.

Em 2010, numa Roda de Conversa na Faculdade de Medicina da UFF, em Niterói, organizada por Maria Martha de Luna Freire, recebi a tarefa de debater o livro *Em nome da mãe*, com sua autora, Prof.^a Ana Liése Thurler³. Além do livro, lera o dossiê “Paternidade e Cidadania”, por ela organizado, publicado em 2006, numa revista acadêmica.⁴ Minha atenção recaiu sobre um texto fora do dossiê, mas com tradução revista também de sua autoria. O título: “Diga-me: o que significa gênero?”, de Marie-Victoire Louis, pesquisadora do Centre National de Recherche Scientifique (CNRS),⁵ me instigou.

Percebi que a noção de paternidade adotada no livro desconsiderava o aspecto relacional dessa experiência. O tom jocoso desse título indicava-me razões dessa lacuna e uma contraposição à noção de gênero. Em resumo: esse conjunto de textos recorria à noção de patriarcado, de processo de dominação e de vitimação das mulheres para explicar o não reconhecimento da paternidade. O texto “Diga-me: o que significa gênero?”, em particular, desfiava razões de negação desse conceito e expressava, conclui – um ato político.

Na mesma ocasião, lia o artigo “*L’impact du genre*” (O impacto do gênero), da historiadora Christine Bard (Prof.^a da Universidade d’Angers), parte do balanço historiográfico organizado por Sirinelli e outros, para o período 1995-2010,

³ THURLER, Ana Liese. *Em nome da mãe*. Editora Mulheres, Florianópolis, SC: 2009. A autora é Professora do Departamento de Sociologia da UnB. Agradeço à Professora Maria Martha de Luna Freire (UFF) a oportunidade dessas reflexões.

⁴ “Sociedade e Estado”. Revista do Departamento de Sociologia/UnB. Vol.21 n. 3, Brasília, Sept./Dec. 2006.

⁵ O original deste artigo está disponível no site da autora: <<http://marievictoirelouis.net>>, desde 2 de setembro de 2006, e também em <http://sisyphe.org/article.php3?id_article=1810>, desde 23 de maio de 2005.

publicado ainda em 2010.⁶ Essas evidências e a forte presença francesa em nossas pesquisas e nessas trazidas pela Professora Thurler sugeriram-me a oportunidade de sugerir a este plenário a proposta de um amplo balanço de nossa historiografia sobre o tema, seguindo o exemplo de Bard.

Considerarei ainda a proposta contida na orientação dada pela direção de nosso GT para esta ANPUH que “(...) não propôs Simpósios Temáticos, mas incentivou e procurou inserir trabalhos naqueles STs em que foi possível efetivar interfaces e parcerias (...)”.⁷ Isso me levou a avaliar a necessidade de conhecer nossas interseções temáticas e rumos tomados pelo conceito de gênero nas tradições da nossa historiografia e naquelas da internacional, com as quais temos contribuído – como no caso da História Antiga e da Medieval. Pareceu-me ter chegado o tempo de incentivar essas inserções ou travessias como feito agora, nesta Anpuh, e indicar a pertinência de um balanço como esse de Christine Bard, no âmbito dos vários GTs das ANPUHs nacional e regionais. Deixo uma cópia desses textos que animaram esta minha exposição com a direção do nosso GT, para divulgação. Não nos faltará assunto.

Para pensar as apropriações que temos feito do conceito de gênero, esse balanço da França nos oferece um bom exemplo: Christine Bard, em recortes temporais e temáticos, traça um painel dos usos do conceito de gênero no conjunto da historiografia francesa no âmbito de pesquisas transdisciplinares. Vê o conceito de gênero como uma posição política construída de muitas tradições feministas. Em toda a parte, a segunda onda juntou mulheres muito diferentes entre si em torno de uma energia que alavancou movimentos de denúncia em pautas de luta contra a dominação masculina, alimentando a perspectiva de vitimização das mulheres; isso se fez com um notável processo de tomada de consciência das mulheres sobre si e sobre seus lugares de sofrimentos, promovendo deslocamentos políticos, revigorados em lutas e conquistas. Mas as mulheres, ao se juntarem, também exibiram seus poderes, suas hierarquias por posição de classes, por cor de pele e

⁶SIRINELLI, Jean- François; CAUCHY, Pascal; GAUVARD, Claude. **Les historiens français à l'oeuvre**. 1995-2010. Paris: Presses Universitaires de France, 2010.

⁷ E-mail da Professora Joana Maria Pedro, de 27/06/2001, dirigido aos membros filiados à lista do GT Gênero e História da ANPUH Nacional.

graus de instrução, por geração, forjadas em tradições políticas, temas de que também nos temos ocupado.

Desigualdades e mal-estares, numa ambígua convivência de mulheres diferentes entre si, revelam-se em seguidas diásporas dos seus vários movimentos. Descobriu-se que as mulheres têm e exercem poderes como os homens; nessa mesma orientação, poderes femininos passam a ocupar um lugar de destaque na historiografia. No caso francês, pesquisadoras das Ciências Humanas na França reconheceram a necessidade de processar revisões teóricas, inscritas em conceitos originais que as impulsionaram.⁸

Aqui, preocupações de mesmo sinal estão no livro *A questão de gênero*, organizado por Albertina de O. Costa e C. Bruschini.⁹ Críticas de Ella Shohat e de *bell hooks* quanto à invisibilidade das mulheres negras nessas lutas, por exemplo, revelam muito do estado das questões em foco nos EUA. Distintas tendências políticas, mais e menos radicais, reagruparão mulheres em lutas por direitos, com afastamentos e mesmo oposições entre elas; exemplo emblemático é dado pelas tumultuadas relações de Betty Friedan com o feminismo radical. Há indícios dessas tendências entre nós, mas também muitos silêncios.

Diásporas e seus impactos sobre a produção de conhecimento e lutas feministas têm recebido tratamento que, na história brasileira, estão, por exemplo, em pesquisas de June Hahner, Branca Moreira Alves, Rachel Soihet, Mônica Raisal Schpun, dentre tantas mais, com pontos de vista diversos quanto à história dos feminismos locais, mas situando todas a relevância do tema. Como temos feito a história das mulheres no Brasil? Como andam nossas convivências nos intercâmbios e centros de pesquisa? Com que tradições (e contradições) nossas pesquisas se organizam em recortes de espaço e tempo, consideradas as tradições da

⁸ Ver DAUPHIN, Cécile (CRH-CNRS); FARGE, Arlette (CRH-CNRS); FRAISSE, Geneviève (Philo-CNRS); KLAPISCH-ZUBER Christiane (CRS-RHRSS); LAGRAVE, Rose-Marie (Sociologie-EHESS); PERROT, Michellet (Histoire- Paris VII); PÉZERAC, Pierrete (CRH-EHESS)RIPA, Yannick (Histoire-INRP), SMITT-PANTEL, Pauline (Histoire-Paris VII); VOLDMAN, Danièle (IHTP-CNRS). A história das Mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de Historiografia. Traduzido por R. Soihet; R. S. Soares, S. G. Costa. **Gênero**, v.2, n.1, p. 7-30, 2º sem. 2001. Publicado originalmente em **Annales**, ESC. Paris, n.2, p. 271-293, mars-avril, 1986.

⁹ COSTA, Albertina de O. Bruschini (org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

historiografia brasileira? Como andam as apropriações do conceito de gênero e o que temos alcançado com elas?

Há um vasto inventário de questões por fazer... Marie-Victoire explica as motivações à sua pergunta – “Diga-me: o que significa gênero?”, e informa: “Procurei saber [então,] como essa palavra vem sendo usada atualmente, especialmente nas pesquisas em ciências sociais e no campo político, entendendo que as duas esferas – nesse caso, em particular – são indissociáveis”. E, com marcante ironia, irá descrever o que observa. Uma cópia desse texto está com a direção do GT e será disponibilizado para quem se interessar.

A autora problematiza o conceito de gênero em 23 itens (acho estimulante tomar conhecimento deles). Depois, dessa longa enumeração de imprecisos usos do conceito, ela conclui: *“Não me parece necessário prolongar esse recenseamento parcial. Desejei realizar esse pequeno trabalho, porque, há alguns anos, sinto um grande mal-estar em relação ao emprego dessa palavra. Hoje, preciso dizer aquilo que sentia, sabia há muito tempo, mesmo sem haver investido na desconstrução e na crítica desse termo. E, dada a forma como essa palavra, há anos, invadiu as instituições, as políticas e as pesquisas, aquilo que tantos pensam sem ousar dizê-lo: que essa palavra, em si mesma, não quer (mais?) dizer nada... Meu mal-estar confirmou-se. As tentativas de fazer do “gênero” um conceito malograram. O gênero não é um conceito, estando esse termo preso na significação – mínima – de uma elaboração inteligível e operacional de um campo teórico definido. Mais profundamente e sem que seja necessário partilhar (de) minha análise crítica – isto é, somente com a constatação da extrema confusão que o emprego deste termo permitiu, justificou e envolveu – parece-me chegado o momento de nos interrogarmos sobre: as razões políticas do desaparecimento de outras problemáticas, conceitos, palavras, entre as mais significativas ‘mulheres’, ‘feminismo’ e ‘patriarcado’ – que o termo foi progressiva, rápida e eficazmente substituindo (...)”*.

Assim, Marie-Victoire busca: *“O papel, a função política desempenhada pela introdução desse termo no domínio do pensamento, na esfera política (...)”*. Suas razões políticas também são as que orientam as escolhas de Ana Liese Thurler,

quando diz: *“Como não ver – sem ser nem epistemóloga, nem mesmo feminista – o que está em jogo na passagem da análise fundada na substituição da palavra gênero para uma análise fundada no reconhecimento de que as violências masculinas contra as mulheres são indissociáveis da consideração de sua codificação política e jurídico-patriarcal?”*

E, conclui: *“Digo àqueles e àquelas que contestam esta crítica – que não é nova e da qual não tenho nem a culpa, nem o monopólio – que ao utilizar este termo, eles/elas não devem deixar de levar em conta, em suas análises, o que é incontestável: o patriarcado, a dominação masculina, as relações de dominação entre os sexos, a [crítica da] igualdade entre homens e mulheres... Parece-me que a questão não deveria ser colocada nesses termos”*. Grifo, então: ***“A questão teórica e política central é o fato de o emprego desse termo permitir a produção de análises que abstraem as relações patriarcais de dominação”***.

Ela lista novas e repetidas razões políticas e mais argumentos em apoio. Os mal-estares de Marie-Victoire Louis e de Ana Lièse Thurler estão, indubitavelmente, referidos ao impacto que a noção de gênero tem produzido sobre o clássico modelo de dominação, e que constituiu a razão de ser feminista: lutas contra o “patriarcado”, conceito admitido como fundante da experiência comum a todas as formas de organização, que juntaram mulheres e fizeram crescer os movimentos feministas do mundo. Prefiro, então, examinar o impacto do gênero sobre a historiografia, resenhando a contribuição de Christine Bard sobre o caso francês.

Ao contrário de Marie-Victoire Louis, Bard registra ganhos produzidos pelo conceito de gênero, não só nessa historiografia, como no conjunto das ciências humanas. Alguém desse plenário conhece esse texto? Ele é valioso. Ao referir-se ao balanço entre fins da 2ª Guerra e 1995, esse sob direção de Bédarida, Bard recorda que, naquela ocasião, Arlette Farge havia lamentado que a história das mulheres, até então, não se aprumara como disciplina. Mas indica que, na década seguinte, sob o título de “história do gênero”, há abundância de trabalhos e diversidade de temas tratados nos 4 grandes recortes temporais: antiguidade, idade média, moderna e contemporânea. Não há para ela uma via francesa da história do gênero, mas uma visível inserção internacional e transdisciplinar. Esse é o nosso caso. Sob clássicas

divisões dessa história – política, cultural, social, econômica e internacional, estão em cena novos domínios de conhecimento: mulheres, sexualidade, corpo, juventude, infância, imigração, colonização... , tendência que a historiografia de fim do século passado identificara como de dispersão temática e de crise da história.

Hoje, além de avaliada como um fato positivo, ela é vista como expressão da liberdade de imaginação, emprestando novas abordagens a antigos temas da história e apoiando outras recentes. Localiza, ainda, uma retomada da tendência à totalização, pois tanto se afasta de antigos paradigmas e abordagens esparsas e fragmentadas, como faz a aproximação de referências e de fontes variáveis, que por serem, ao mesmo tempo, culturais, sociais, econômicas, políticas..., conformam a totalidade. Além disso, os objetos de pesquisa se favorecem de contribuições de outras ciências humanas. Bard inicia seu balanço, admitindo a **história das mulheres e do gênero como um domínio**. É como um campo de conhecimento que, a partir de 1995, ele se estrutura, apoiado em associações, redes, coleções temáticas de diferentes iniciativas universitárias e publicações várias – destacando, aí, vínculos acadêmicos transuniversitários em exemplos, como o da revista *Clio, Femmes et Société*.

Isso ocorre também no Brasil. O caso francês, desde o primeiro seminário de história das mulheres em 1973, conta com a contribuição das historiadoras Françoise Thébaud e Michelle Perrot e da filósofa Geneviève Fraisse. A pesquisa sobre a história das mulheres na historiografia ganhou incrementos; a didática da história das mulheres e do gênero alargou seu espaço. Colóquios se multiplicaram. Teses são numerosas. É gratificante verificar que esse domínio responde a uma demanda de interesse social, vinda da mídia inclusive.

No entanto, *La Lettre de l'Institut des Sciences Humaines et Sociales*, de janeiro de 2010, sublinha a recorrente invisibilidade institucional desse campo por ocasião do recenseamento de pesquisas sobre gênero ou mulheres. Por tradições de ofício, indica que as universidades francesas não dão espaço para cursos específicos, como no caso dos EUA, os de *womens' studies* ou *gender studies*. Ao avaliar se esse domínio se comporta como um *gheto*, Bard confirma uma certa marginalização ou distanciamento de temas circunscritos a poucos. No caso da história das mulheres,

indaga como se tem comportado esse tema que é feminilizado e feminista? Historiadoras, aí, são sempre maioria, embora o número de homens nessa área venha aumentando, num sinal de abertura e adesão a temas conexos como família, corpo e sexualidade.

A questão da diferença sexual tem renovado temas masculinos, inclusive o das relações internacionais; nos anos 2000, ele revelará as mulheres como minoria de interesse historiográfico. Porém, Bard indica uma posição reticente de pesquisadoras quanto a se assumirem como “especialistas de mulheres e/ou de gênero”, talvez para evitar rótulos constrangedores, resultando daí o número subestimado de pesquisas sobre o campo.

No Brasil, um paralelo entre as contribuições do *Fazendo Gênero* e dos GTS das ANPUHs pode trazer algumas surpresas. Bard vê a história das mulheres e do gênero como uma construção intelectual e institucional, organizada em torno de um núcleo duro, esse da militância por uma especialidade, transversal, transperiódica e transdisciplinar, exercida em trocas internacionais. Nela, situa a missão de criar uma cultura comum, referências teóricas partilhadas e instrumentos especializados de difusão.

O caráter militante dessa história é, em geral, considerado como problema, embora, ironicamente, as historiadoras desse campo sejam sempre bem mais moderadas que as cientistas sociais, tratando com prudência teorias feministas vindas delas. Talvez isso localize os mal-estares de Marie-Victoire nessa convivência.

Afirmo que são situações confirmadas entre nós, no caso de Ana Liése Thurler e outros. Nesse exame do **engajamento militante e de seus impactos nesse domínio do conhecimento** (grifo meu), Bard indica que esse engajamento não é sistemático; penso que também entre nós. Para ela, seria antes uma construção mediática e um pré-julgamento. O mal-estar produzido pelo conceito de gênero associado a esse engajamento está na ambígua tradução francesa do termo *gender history*, que, em francês, significa “história feminista”.

No Brasil, isso se expressa de alguma forma, quando historiadoras, em suas pesquisas, empregam o conceito de gênero, localizando razões de crítica a generalizações sobre inexoráveis tendências de dominação e de vitimação femininas. No nosso caso, trajetórias intelectuais dessas mesmas historiadoras sugerem um movimento de entrada e de saída desse domínio, com frequentes deslocamentos de retorno a tradições peculiares a um recorte temático, espacial e temporal, com as quais mantêm fidelidade. São aproximações e distanciamentos que preservam identidades com um dado campo de conhecimento, confirmando-se nele. A crítica ao militantismo feminista, entre nós, pode, aqui e ali, até mesmo ser cochichada, mas as contribuições trazidas pelos estudos de gênero para a história brasileira, por outro lado, têm ganho reconhecimento em todo o país. No caso francês, esse domínio, tão variado em seus objetos, postulados, métodos e sensibilidades, por esse mal-estar militante pode reduzir-se de tamanho, sobretudo, quando, para Bard, não consegue distinguir a variedade de feminismos que aí se podem manifestar, lembrando ela as sugestões de Joan Scott a esse respeito em *A Cidadã Paradoxal*¹⁰.

No caso, tendência atual de engajamento no esforço militante se evidencia tanto na escolha do objeto, como nos resultados esperados de pesquisas. Bard lembra que o historiador é pensado e se pensa como um sujeito que influi no imaginário coletivo; essa consciência do poder da história na das mulheres. E mais, as pesquisas desse campo demonstram-na ainda como parte de uma cultura feminista contemporânea, na medida em que se alinham, cada vez mais, a financiamentos por critérios, diria eu, por preocupações, de natureza econômica e social de órgãos nacionais, como os Ministérios da Justiça ou os dos Direitos das Mulheres, da Juventude ou dos Esportes, ou, então, dos internacionais, como a UNESCO.

Além disso, historiadoras têm presença em comemorações memorialísticas e extraem daí vantagens políticas. Debates sobre a paridade – uma referência à conquista de representação paritária de homens e mulheres no Parlamento francês – colocaram as historiadoras na cena pública, fazendo expressar uma relegitimação do feminismo, após o vazio político dos anos 80, cruzando, assim, a

¹⁰ *A cidadã paradoxal. As feministas francesas e os direitos do homem*. Tradução de Evio A. Funk. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002

agenda que expõe a história do gênero como parte da produção desse clima político. Bard reconhece **diferenças na comunidade das historiadoras** (grifo meu), mas atribui continuidades de linhas de pesquisa desse campo a relações geracionais, inscritas no próprio sistema de recrutamento de quadros, peculiar a esse espaço acadêmico. Grupos de trabalho, organizados por historiadores dos anos 70, teriam assegurado o prosseguimento de pesquisas por muitos anos.

Apesar das dificuldades de discernir gerações de intelectuais, reconhece a repercussão das questões de gênero junto aos jovens, considerando o número de teses de doutorado, voltadas para gênero e sexualidades e referências teóricas de Foucault, Bourdieu, Christine Delphy, Nicole-Claude Mathieu e Collete Guillaumin. Nesse corpus multidisciplinar e internacional, o lugar das historiadoras francesas foi menor e, nesses últimos 15 anos, a marcante presença de Nicole Loraux, pesquisadora da Antiguidade, teria sido uma exceção.

Sobre a distribuição dos sexos na profissão de historiador, vê a diferença quanto à ocupação de postos de comando no mundo das pesquisas como uma questão de pouca relevância. A tradição francesa em história é a de ser fortemente feminizada, e as historiadoras são, particularmente, atraídas pela história social e cultural e para os estudos de gênero. Essa persistente feminização estaria modificando, assim, as modalidades da dominação masculina própria do mundo da pesquisa e os rumos das instituições e dos inconscientes.

O número restrito de historiadoras em posição de poder acadêmico – como também na esfera editorial e mediática – por outro lado, não vem favorecendo a história das mulheres, avalia. Mas, 15 anos de mudanças dessa demografia da história tanto feminizaram como renovaram a profissão, o que tem sido positivo para a história das mulheres, se considerada, ainda, a diminuição drástica de recrutamento para a área de história, agora um risco a condições favoráveis ao campo.

A corporação de historiadores na França, mesmo diversificada em suas sensibilidades políticas, seria social e culturalmente homogênea. As gerações herdeiras de 1968 parecem expressar agora, em conjunto, o desejo de conjugar universalismo e diferenças, num novo radicalismo político de bases multiculturais e

com pontos de vista das minorias, como nas experiências dos EUA, de novos recortes e especializações, como os *gender studies*, *gay and lesbian studies*, *queer studies*, *men studies*, *black studies*, *white studies*, *postcolonial studies*, além dos *subalternes studies*, vindos da Índia.

Esses rótulos, por vezes, retomados na França, não têm mudado, porém a frequência com que o conceito de *gender studies* é confundido, como indicado, com estudos feministas, noção que resiste a uma apropriação mais ampla. Além disso, o mundo acadêmico francês constata, por outro lado, perplexo, registros de seu “atraso”, sistematicamente constantes em balanços historiográficos e nas dificuldades de intercâmbio dos historiadores franceses com o mundo de língua inglesa. Além de serem raras as traduções em inglês, os franceses seriam cada vez menos lidos no mundo, como verificável em citações da produção de língua inglesa sobre gênero e outros domínios. E mais, no *métier* do historiador, o forte não é a teorização, daí referências emprestadas de antropólogos, filósofos e, sobretudo, de sociólogos.

Por sua vez, a historiadores, mestres nos reconhecimentos de fontes, se devem, na história contemporânea, iniciativas importantes e inegáveis de sua preservação. Fontes outrora periféricas ou sob suspeição, como testemunhos orais, imagens, cinema, televisão, ganham reconhecimento, com legitimação também de outras fontes, como aquelas sobre mulheres e família, daí a relevância dos arquivos de si – em correspondências, diários, fotos.

Arquivos privados, além das novidades que trazem, mostram o quanto a vitalidade da edição de fontes alimenta esse dar a palavra aos sujeitos do passado. Examinando o deslocamento conceitual – **Das mulheres ao gênero** (grifo meu), Bard avalia que depois dos 5 volumes da *História das mulheres no Ocidente*, tão difundidos entre nós, grupos de trabalhos iniciais vêm aprofundando temas aí tratados.

Se a palavra “mulheres” permanece majoritária na bibliografia, observa que, nos últimos 15 anos, a ambiguidade do conceito de gênero consagra-se. Deixando de lado os maus usos da palavra, vistos por Bard como os de substituição abusiva e

incorreta do termo mulher, ela considera que gênero muito mais que um rótulo é um conceito que permite dissociar o sexo biológico do sexo social. Não vou tecer considerações sobre isso; a matéria é de amplo conhecimento deste público. Para a França, ela destaca caminhos teóricos abertos por Joan Scott, que também temos seguido por aqui. Lá, as contribuições de Hérítier e Godelier haviam antes tratado do sistema bipolar que, na história de longa duração do ocidente, opõe o masculino e o feminino, mas, a seguir, a diversidade presente nessa bipolaridade aparece na obra de Judith Butler ao se debruçar sobre as sexualidades e os seus deslocamentos: como aqui, essa contribuição muda, por completo, concepções anteriores.

Também a história das ciências expõe a dupla produção do sexo e do gênero. Estudos de Laqueur e de antropólogos sobre corpos, além dos pesquisadores da educação sobre a transmissão de aprendizagem de gênero e dos estudos de religiões sobre a mesma questão, adensam essa distinção conceitual. Estudos sobre masculinidades emergem desse mesmo conjunto, com contribuições de diferentes ciências sociais, em temas diversos e para vários períodos históricos. São tributários da história do gênero e mostram um inegável progresso no decorrer desses 15 anos, ainda que variando segundo recortes temáticos e temporais da história antiga à contemporânea e intensidade de adesões. A história antiga vai aproximar-se rapidamente da do gênero, nos estudos sobre o imaginário e as representações, como no exemplo de Nicole Loraux. A Antiguidade greco-romana e a Bíblia, lembra Bard, forneceria, por muito tempo, às abordagens de gênero as figuras míticas de Pandora e Eva.

O conceito de gênero na França, todavia, seria marginal entre os medievalistas e mesmo entre os pesquisadores da história contemporânea, onde sua apropriação, para muitos, pareceu “delicada” ou sob “dificuldades”. Por essa razão, aí ganhou espaço a “história da diferença dos sexos”. Bard vê ainda a **História das “mulheres” com continuidade** (grifo meu) e assinala que, de modo ambíguo, a palavra gênero tem tido sucesso por criar a impressão de que a história das mulheres tornou-se superada. Mas entende que gênero, ao eliminar a palavra mulheres, parece esterilizar sim um projeto subversivo – o feminista – esse que coloca em causa um discurso ou uma visão do passado androcêntrico. Ela decodifica esse modo de apropriação conceitual como um sinal de prudência e dá

alguns exemplos: a revista *Clio* grava no seu título a palavra mulheres ao invés de gênero; M. Perrot convida-nos a não abandonar a história das mulheres, pois, para ela, essa é também a história dos homens e a do gênero; Duby e Bourdieu assinalam a dominação masculina e seus efeitos sobre a vida feminina, como uma continuidade relevante. Mas Bard, ao levar em conta atitudes próprias do fazer história, indica que, mesmo no caso de mulheres admitidas como as mais dominadas dentre todas – caso das pobres e das criminosas, por exemplo, historiadores não deixarão de procurar indícios de sua capacidade de manobrar e de agir, sua *agency*. É de se registrarem aqui as contribuições de Certeau. Por isso, Bard avalia que a história das mulheres, se feita com a perspectiva de sua vitimação, não leva nunca a lugar algum, perspectiva oposta às das de Marie-Victoire e de Ana Lièse Thurler.

O coletivo de historiadoras da Escola dos Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS), segundo Bard, chamará atenção para a tendência a uma certa santificação da mulheres em oposição à satanização dos homens, recorte político através do qual os feminismos conquistaram adesões; negá-la é apagar sua razão política, como pretende Marie-Victoire. Bard, referindo-se a Thalmann e à revista *Sexe et Race*, assinala que a noção de responsabilidade histórica das mulheres vem dos estudos sobre o nazismo e o Holocausto.

A violência das mulheres, seu papel na pacificação dos costumes e na solução de conflitos ganham crescente interesse. Os poderes das mulheres estarão igualmente evidenciados. A vida religiosa, da Antiguidade a nossos dias, torna-se um lugar de exercício desses poderes e tema cada vez mais trabalhado, revelando aspectos importantes dos associativismos femininos do século XX.

O poder político das mulheres, de algumas ou de todas, torna-se onipresente, até mesmo como um eco do tempo presente, visto na eleição de Angela Merkel, de Michelle Bachelet e na candidatura de Segolène Royal... Os 4 grandes períodos da história dedicam-se a essas pesquisas. O retorno ao político é confirmado para os 4 grandes períodos da História. Mulheres e gênero renovam a história política de tal modo, que nem mesmo René Rémond a teria imaginado ao pensar a política como uma “modalidade de prática social”. A história do gênero – ainda que esteja situada

confortavelmente na história estrutural, nos seus aprofundamentos antropológicos, vai-se revelar também adequada ao exame do tempo breve do evento, expondo evidências até então negligenciadas. A história das mulheres é inseparável daquela da família e da parentela e será central para a medieval e a moderna, e menos desenvolvida para a antiga e a contemporânea. Sob os auspícios da antropologia, ela abriu outra entrada para a história das mulheres, dos homens e do gênero. Não há, em nada disso, uma revolução epistemológica a registrar, mas aprofundamentos temáticos que se revelam necessários ao conhecimento da diversidade de situações pesquisadas pela história.

Estudos sobre casamentos e dotes serão numerosos, como ainda os de separação de casais, da viuvez, das relações entre irmãos e irmãs, mães e filhas. Mais que conhecer as relações intrafamiliares, trata-se, se possível, de desvendar sentimentos presentes nesses vínculos, em discursos e práticas, disponíveis em arquivos do judiciário, em correspondências, em documentos da intimidade, tendência confirmada no Brasil. O vínculo maternal é um antigo objeto, mas Bard releva o foco assumido pela maternidade na história das mulheres, em numerosas publicações, revelando muito do político. O maternalismo, de fato, é matéria central na visão da feminilidade nos séculos XIX e XX. Bard registra ainda a **paixão pela história do corpo e da sexualidade** (grifo meu) expressa na sua incrível expansão, vendo, porém, grandes diferenças entre tendências francesas e norte-americanas. Depois de trinta anos, essa expansão é, para ela, parte de uma segunda revolução sexual diante da queda de mais e mais tabus.

A França não conhece, porém, as *sex wars* norte-americanas, essas em que se defrontam duas visões feministas sobre práticas como perseguição sexual, prostituição, pornografia: a) a que apela para o direito de coibição dessas práticas; b) a que milita por sua ampliação em nome da liberdade sexual. Os últimos 15 anos trouxeram muitos trabalhos sobre violências sexuais, além do movimento de tomada de consciência sobre seus significados. Bard situa o destaque concedido a pesquisas sobre prazeres; isso aconteceu quando uma proto-história da sexologia foi exumada ou certos períodos foram revisitados à luz de políticas sexuais aí caracterizadas. Discursos católicos serão objeto de interpretações científicas; sob o peso das fontes normativas, tenta-se, em seguida, um encontro com práticas

comuns. Conceitos de sexualidade e gênero, apesar de tudo que os aproxima, nem sempre se associam, caso da história das mulheres, pouco loquaz com relação à sexualidade.

A França não conhece a explosão de estudos sobre a homossexualidade como a dos EUA; essa ausência é registrada e cobrada, notadamente, em encontros transdisciplinares. Mas Bard vê a tendência que religa essa matéria à evolução social e jurídica; pesquisas sobre homossexualidade feminina e masculina avolumam-se, porém, hoje, voltam-se muito mais para a homofobia. (No Brasil, estão em férteis linhas de pesquisas do Instituto do IMS/UERJ, sob estudos antropológicos, frisando aí a presença de Maria Luiza Heilborn, entre nós). Ainda que, provisoriamente, Bard admite que tudo isso vem promovendo o recuo do puritanismo universitário francês.

Sobre o corpo – objeto maior da historiografia recente, temas como beleza, esportes, enfermidades, vestimentas e moda ganham relevância, todos de sucesso entre diferentes grupos de trabalho. A universidade francesa vem-se sendo menos reticente diante de temas outrora tabus; entre nós, eles se têm adensado e há contribuições importantes de Margareth Rago e Durval Muniz de Albuquerque, dentre outros, sob fértil influência de Foucault. Perdoem-me omissões. Sei que faltam nessa enumeração muitos nomes e só uma pesquisa cuidadosa poderá precisá-los. Bard tratará ainda da **interseção empirismo X teoria** (grifo meu).

Da história antiga à contemporânea, o conceito de gênero tem sofrido um permanente desmonte, não por força de tradições feministas, mas de outros parâmetros que o formatam, ou seja, da pluralidade de gêneros. Bard vê imprecisões de seu uso nessa perspectiva. Tornou-se recorrente nas pesquisas empíricas a rejeição ao conceito de gênero referido a um único parâmetro, esse das relações masculino e feminino. Dificilmente se admite, hoje, a variável única: essa é outra questão central do debate em tela.

A teoria da interseção – em francês, a teoria da *interseccionalité* – designa a simultaneidade e a imbricação de variadas formas de dominação: de raça, classe e sexo, caminho inicial desses debates também trilhados no Brasil. Acentua Bard que

ela surge primeiro por interpelação do feminismo *Black*, ao contestar a hegemonia das representações da classe média branca. (Registro aqui, de novo, as contribuições de Ella Shohat e de bell hooks com esse sentido, matéria tratada entre nós pela revista Pagú).

As questões iniciais vêm do campo político e a pergunta que as move é: o sujeito do feminismo é universalizável? Essa preocupação estará nos estudos *queer*, que localizam a necessidade de negar qualquer critério único dado, *a priori*, como explicativo, diante da itinerância dos sexos entre nós, examinada, por exemplo, por Tania Navarro Swain. Nos *gender studies* norte-americanos, o tríptico classe, gênero e raça irá estruturar as problemáticas iniciais. A questão entrará em debate; pesquisadores das histórias antiga, medieval e moderna sublinham a alteridade das sociedades com que trabalham diante da relevância dos vínculos sociais e da forte relativização do gênero, algo que surpreende os da contemporânea.

O caso da condição de escravo ou livre na Roma Antiga será muito mais decisiva para os rumos de sua história que a de gênero. A noção chave de vínculo social para a análise de *status* social dos indivíduos se impõe também como elemento decisivo para os historiadores das sociedades medievais diante da especificidade das parentelas e da evolução de interesses individuais e coletivos. Segundo Bard, o estudo de vínculos pessoais na história moderna e mesmo na contemporânea tanto desconsidera a noção de gênero, como não tem adquirido até agora, maior expressão.

No caso brasileiro, registraria indícios de estudos de redes na história moderna e, mesmo na contemporânea, em pesquisas, por exemplo, sobre associações religiosas e negócios coloniais e pós-coloniais. Entre nós, o modelo casa grande e senzala tem alimentado muitos estudos sobre esses vínculos, ainda que reiterando paradigmas por rever. Para Bard, mais que os estudos sobre vínculos sociais, o estudo das relações sociais parece vantajoso seja para a história contemporânea, seja para a sociologia. Isso significa, porém, enfrentar um confronto intelectual em torno de grandes agregados, no caso, os das classes sociais. Tal orientação, a seu ver, seria rejeitada por certo número de historiadores, que, sob o eclipse do

marxismo, fez uma virada conceitual no sentido de privilegiar atores e interações individuais.

Essas cautelas estão entre nós, mas não saberia dizer nada sobre sua extensão e seus resultados. Bard examina, nesse debate, a classe. A história das classes sociais vem-se renovando na França, inclusive porque passou a considerar o gênero e a família. A história econômica, a social e a urbana tem pesquisado essas regulações sociais em muitos temas, e Bard os enumera: filantropia, políticas sociais, profissões do social, nas quais as mulheres estão sempre presentes.

O conceito de gênero tem ganho consistência no caso de pesquisas sobre trabalhadores e movimento operário do grupo de trabalho do *Dictionnaire biographique du mouvement ouvrier* e, ainda, no das revistas de história social. A história das profissões tem-se dedicado à feminização, tanto da universidade, como da polícia e das forças armadas na história do tempo presente; nos estudos sobre a polícia são iniciativas partilhadas por sociólogos. A história social das mulheres renova-se, notadamente, nas pesquisas sobre operárias. A história do trabalho mostra-se muito mais complexa, ao levar em conta o conceito de gênero.

Outras maneiras de interrogar o social se desenvolveram e, para isso, os arquivos judiciais foram da maior importância. Entre nós, situo os seguidos estudos sobre maternalismos, de que trata livro recente de Martha de Luna Freire, antes examinados por Maria Lucia Mott. Eles se tornaram verdadeiras minas de informação, encorajando uma história social revista por muitos pesquisadores de renome, debruçados sobre as práticas penais, lembrando estudos inaugurais de Rachel Soihet sobre violência cometida por mulheres. Entre nós, a classe está associada ao uso persistente da noção de “patriarcado brasileiro”; tributário do modelo casa grande & senzala, servindo de apoio a algumas pesquisas de corte marxista, ainda que frouxamente vinculadas ao legado de Engels, em *A Origem da Família, do Estado e da Propriedade Privada*.

A interseção de conceitos de classe e gênero para a análise histórica foi matéria aberta por um precioso artigo da historiadora Ana Paula Vosne Martins, de 12 anos atrás, tratando de debates entre feministas e feministas marxistas, das contribuições

de E.P. Thompson para a escrita da história social e da renovação que elas têm operado sobre a abordagem marxista.¹¹

Outros estudos que se deslocam de práticas comuns da esfera doméstica para os das proibidas, caso do aborto e do infanticídio, em linhas de pesquisas de Joana Maria Pedro e equipes da UFSC. Para o caso francês, Bard registra a atenção concedida às representações – imagens e discursos masculinos centrados na mulher violenta, numa representação dada como “contra a natureza”, ganhando espaço a prática do infanticídio. Domina-se melhor o poder das identidades e, sempre que possível, através de dados quantificados. Bard examina as contribuições da **noção de raça para o conceito de gênero** (grifo meu).

Nos últimos anos, a palavra raça tomou um novo sentido e a forma do anglicismo *race* rola no vocabulário acadêmico sem aspas. Raça, nessa acepção, resulta de relações sociais, de nenhuma outra natureza ou essência humana. Essa é uma noção que visa igualmente à necessidade de nomear a discriminação e de romper com a invisibilidade que a caracteriza. O recorte da raça criou um choque cultural num mundo acadêmico que, até então, convencido pelos argumentos de *Raça e História* de Lévy-Strauss, abandonara o uso dessa palavra.

Na França, a racialização, sem eufemismos, está em estudos sobre o estatuto dos mestiços, sobre crianças nas metrópoles em seus muitos confinamentos. Mesmo rica, essa produção de novo expõe o “atraso francês”, quando comparada com a internacional. Está presente, porém, numa outra história nacional em curso, aquela voltada para as migrações, para a dimensão colonial e pós-colonial e para a diversidade da cor da pele. O colóquio “Histoire, genre et migration” confirma que essa releitura não pode excluir as mulheres, nem ser negligente para com o conceito de gênero, central para as políticas de população e da nação. Como andam esses estudos no âmbito da história brasileira, sobretudo quanto à experiência escravista?

¹¹ MARTINS, A. P. Vosne. Possibilidades de diálogo: classe e gênero. **História Social**, Campinas, n. 4/5, p. 135-156, 1997/1998.

Aqui, como na França, publicações sobre negros mostram sua diversidade, em tantos casos, escondida sob a discriminação de muitas formas naturalizada. A perspectiva das “minorias” também é assinalada. A universidade francesa descobriu recentemente o conceito de “blanchité”, em analogia com a palavra inglesa *whiteness*, num movimento semelhante ao que deslocou pesquisas das mulheres para outras interseções. Esses trabalhos restituem a condição de sujeitos a indivíduos subordinados pela situação colonial e revelam as muitas relações entre eles.

Nessa perspectiva, esses estudos se alargam porque juntam a história política ao direito. No caso brasileiro, essa tendência se evidencia nos anos 80, quando o conceito de “coisificação do escravo” é revista pela historiografia desde então. Suas aproximações com o Direito são mais recentes e em ocupado os debates sobre políticas indenizatórias, como, por exemplo, em lutas por cotas nas universidades públicas. O uso do conceito de gênero na historiografia francesa sobre a África e, particularmente, sobre aquela da colonização, mostra uma espécie de “casamento” entre dois domínios igualmente periféricos – raça e gênero. Como ganhos, Bard indica os números da revista *Clio*, dedicados a “Femmes d’Afrique” e, depois, a “Femmes du Magreb”, destacando a necessidade de reconhecer a insuficiência desse diálogo entre especialistas das sociedades ocidentais e não ocidentais.

A acentuada crítica ao eurocentrismo, porém, tem feito revisões de antigos paradigmas. (Entre nós, iniciativas sobre a introdução recente da História da África como disciplina obrigatória em nossos currículos, além dos intercâmbios internacionais aí iniciados, caso de países africanos de língua portuguesa, como no exemplo da UFF, tem revitalizado pesquisas e apontado aproximações de muitas fertilidades. Mas, mesmo dessa experiência próxima, nada sei informar sobre o uso do conceito de gênero). Bard destaca ainda a idade: como as demais variáveis, essa é mais uma questão relevante para a perspectiva interseccional das relações sociais. Sem enunciar o conceito de gerações – na perspectiva de Sirinelli – evidente que nem sempre associada à idade, seu enfoque parece seguir os recortes etários usuais da demografia, daí temas como juventude, idade adulta e velhice assim.

Nessa perspectiva, variável no tempo e no espaço, a juventude, além de presumida como uma categoria socialmente dominada, é tida como aquela sobre a qual nada há o que dizer, embora seja a que suscita medos específicos (juventude irregular, desviante, delinquente das cidades e dos campos).

Após 1996, na França, avolumam-se publicações sobre juventude, da antiguidade à época moderna. O período do *baby-boom* ganha particular atenção – no caso francês, como no resto do mundo, associada à juventude. Sociabilidades e movimentos de jovens não são temas novos e, adquirem, agora, algum destaque. Assinala o desinteresse pelas velhices, com exceção de alguns estudos de caso, mas também a importância de retomá-lo, pois avalia que a discriminação social é, no caso, mais intensa que a de gênero.

A cidadania, uma prioridade em pesquisas sobre nação e nacionalidade, coloca em evidência a diferença de sexos, tanto quanto os vínculos sociais, esse tema à espera de mais desenvolvimento. A idade para Bard marcaria fundo a história contemporânea. O interesse pelo tema tem crescido diante de tendências demográficas – de médio e longo prazos, que apontam o envelhecimento populacional do mundo e as questões daí decorrentes para o mercado de trabalho e as políticas previdenciárias num futuro próximo. Concluindo, Bard registra: o conceito de gênero na França tem-se refinado e seguido 4 direções: a da construção do social, na abordagem relacional (mulheres e homens; feminino e masculino); a da relação de poder (diferença hierarquizada) e a da intersecção do gênero com outras relações de poder (classe, raça, idade e sexualidade).

O mesmo acontece entre nós. Inscrita na história social, a do gênero é um domínio em si, com vantagens e inconvenientes. Bard vê, nesse domínio, duas grandes tendências: a da culturalização e a da politização do social. Na França, esses últimos 15 anos foram de “esperança para com as ‘minorias’(...)”, e de “encontro” com os que ainda ignoram que fazer história é um “percurso transgênero”.

Desenvolver a história do gênero na França não depende só da conjuntura política e intelectual, das lutas das minorias e de retomadas do universalismo republicano. Depende, diz ela, de nossa atitude psíquica em nos abriremos para a alteridade,

reconhecendo-a em nós mesmos. Esse é um enunciado com que concordo plenamente. Não lhes parece que é tempo de perguntar agora: “Diga-me, agora: entre nós o que significa gênero?”.

Obrigada!

Mesa Redonda:

Recebido em: 18/08/2011

Aceito em: 30/08/2011